

As normas médicas em São Paulo, 1889-1930

Marisa Romero*

Quando a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi fundada, em dezembro de 1912, seu curso, organizado pelo doutor Arnaldo Vieira de Carvalho, contava com um núcleo inicial de professores contratados na Europa e nos Estados Unidos.¹ Esses eminentes cientistas vinham dar prestígio à instituição que, a partir de então, respaldaria a intensa atividade que os médicos paulistas exerciam desde o final do século XIX, combatendo as doenças que continuamente ameaçavam a vida da população devido ao crescimento acelerado da cidade.

Principal produto de exportação já por volta de 1850, o café possibilitou a acumulação interna de capital, a diversificação das atividades comerciais e manufatureiras e um prodigioso aumento da população, graças à imigração de trabalhadores livres, desencadeando um processo que rapidamente transformaria São Paulo em metrópole industrial.²

* Departamento de História da PUC-SP.

1 A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi fundada aos 19 de dezembro de 1912, pela lei nº 1337, assinada por Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado. Seu primeiro diretor foi Arnaldo Vieira de Carvalho. Instalou-se na Escola de Comércio Álvares Penteado, e, após várias outras sedes provisórias, estabeleceu-se definitivamente, em 1931, no prédio onde funciona atualmente.

Entre os professores contratados estavam o fisiólogo Lambert Mayer e o parasitologista Emile Brumpt, vindos da França; da Itália vieram Afonso Bovero, anatomista, o patólogo Alexandre Donati e, dos Estados Unidos, os higienistas Samuel Darling e Wilson George Smille.

Cf. Prado, Antonio de Almeida. *Quatro séculos de medicina na cidade de São Paulo*. S/ed., e Lacaz, Carlos da Silva. *Reminiscências, tradição, memórias de minha escola*. São Paulo, Edição do autor, 1985. Essas contratações foram a demonstração inicial da sintonia que a Faculdade procuraria manter com os mais avançados centros de produção de conhecimento.

2 As conseqüências do desenvolvimento da cafeicultura sobre a cidade de São Paulo foram marcantes: incremento sensível da população, desenvolvimento comercial, processo de urbanização acelerado, constituição de um mercado de capital e de trabalho. Pode-se afirmar que o café propiciou uma "segunda fundação de São Paulo", principalmente se forem comparados o burgo colonial de 1860, vivendo em grande parte da produção de subsistência, e a pujante cidade comercial de fim do século. Este crescimento contínuo fez com que São Paulo entre os anos 1920-1938 superasse o Rio de Janeiro, tornando-se a primeira cidade industrial do país.

Cf. Singer, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Editora Nacional/Edusp, 1968.

Se esta metamorfose era bem-vinda por abrir perspectivas de enormes lucros para os detentores dos meios de produção, também era constantemente questionada, por disseminar enfermidades que desorganizavam o trabalho, desestruturavam o surto imigratório, dificultavam o intercâmbio comercial e inibiam investimentos internacionais.³

Os graves surtos epidêmicos, que vitimavam grande número de trabalhadores e investidores estrangeiros, impunham então o saneamento da cidade, exigência não apenas interna, mas mundial.⁴

Após a Proclamação da República, os problemas de saúde tornaram-se preocupação de Estado e os médicos adquiriram um grande prestígio, ao participar de projetos governamentais que visavam a preservação da saúde pública.⁵

Entretanto a Faculdade de Medicina não se constituiu unicamente num centro formador de profissionais especializados na cura de corpos doentes. Sua missão foi mais além, uma vez que seus membros definiam a saúde da população como indissociável do grau de civilização atingido pelo país. E ser civilizado era estar ajustado às normas do processo de produção capitalista.

- 3 As más condições sanitárias da cidade de São Paulo agravaram-se muito após a chegada de milhares de imigrantes. No final do século XIX e no decorrer das duas primeiras décadas do século XX, doenças como o tifo, a difteria, o tracoma e a varíola eram constantes em São Paulo, além da presença da febre amarela e da peste bubônica.
- 4 Essa exigência se fez sentir pela presença da Fundação Rockefeller criada, nos Estados Unidos em 1913, por um poderoso grupo econômico formado pela Standard Oil e pela Igreja Batista. Esta instituição começou a atuar no campo da saúde no sul dos Estados Unidos, abrindo, logo em seguida, frentes em outros países da América, Europa, Ásia e África. Segundo muitos autores, sob a fachada filantrópica, escondia-se o objetivo de maximizar tanto os lucros das empresas extrativas e agropecuárias norte-americanas quanto a expansão político-ideológica dos Estados Unidos no cenário do imperialismo mundial. Em 1918, foi assinado um acordo entre duas instituições para a criação do Instituto de Higiene. A partir de 1921, o intercâmbio entre elas foi constante. A Fundação contribuiu com 6.400.000.000 para a construção dos edifícios da Faculdade e enviou técnicos para reorganizar seu ensino. Em troca, o governo deveria construir um Hospital anexo à escola. Financiou, ainda, a visita de um grupo de médicos paulistas aos mais modernos hospitais e escolas de medicina da Europa e dos Estados Unidos. Cf. Benchimol, Jaime Larry. *Cobras, lagartos & outros bichos: uma história comparada dos Institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1993; e Lacaz, Carlos da Silva, op. cit.
- 5 Nos primeiros anos da República a saúde tornou-se uma importante questão política. Rodrigues Alves, presidente de 1902 a 1906, adotou como prioridade de governo o saneamento, o combate à peste bubônica e à febre amarela. Em São Paulo, entre os anos de 1892 e 1895, criaram-se os Institutos Vacinogênico e Bacteriológico, o Hospital de Isolamento, o Desinfectório Central, e estabeleceu-se o 1º Código Sanitário do Estado. Foi um período em que os médicos adquiriram grande visibilidade, surgindo nomes como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Emílio Ribas.

Os médicos pretendiam contribuir para a inclusão do Brasil no concerto das nações viáveis, por um lado criando condições objetivas de erradicação das doenças epidêmicas por meio de pesquisas, produção de vacinas, campanhas educativas, por outro, empenhando-se na mudança de comportamentos, incentivando a formação de uma visão de mundo mais adequada ao rumo que necessariamente o país deveria tomar. Ampliaram então a definição de saúde e estenderam sua prática a todos os âmbitos da vida cotidiana. Consideraram-se, assim, não só médicos, mas cientistas sociais.⁶

Foi com esse espírito que tomaram posição com referência ao debate que, desde o final do século XIX, vinha mobilizando a intelectualidade brasileira: discussão dos problemas colocados pela elevação do escravo à condição de homem livre, pela entrada maciça, no país, de trabalhadores europeus e pela mestiçagem compondo grande parte da população, mas contrariando os princípios científicos que previam triste futuro para um povo que fosse fruto do cruzamento de raças diversas. Estas eram algumas questões que situavam o problema da construção da Nação após a Proclamação da República.⁷

Os médicos paulistas ambicionavam contribuir para a realização deste objetivo levando à frente uma prática regida por princípios eficazes, notadamente os da medicina higiênica.

São Paulo, pelas características de sua população, parecia ser um laboratório ideal para o exercício de pressupostos científicos objetivos e neutros, e, ao mesmo tempo, o espaço onde mais urgentemente as regras médicas deveriam ser postas em prática.

A cidade, com seu incrível crescimento, despertava em muitos que a observavam uma sensação de fluidez, de inconstância, de imprecisão. No começo do século, um dos muitos viajantes que por ela passou teve a impressão de que

6 Nicolau Sevckenko mostra que o advento da República, ao trazer consigo a adequação de nosso processo de produção ao sistema capitalista mundial, exigiu mudanças radicais nas cidades. Estas deveriam exterminar as doenças que afastavam o investimento estrangeiro, assim como os hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasileira, 1983.

7 Embora no início de nossa Independência José Bonifácio tivesse manifestado uma preocupação com a formação da nação, alertando para as questões suscitadas pela escravidão e pela diversidade racial, esse problema ficou em segundo plano diante da urgência em se consolidar a unidade política e territorial do país. Em meados do século XIX, quando esta unidade estava garantida, o tema ressurgiu através da literatura romântica que propunha a união do branco com o índio como base da comunidade nacional. Entretanto, esta questão só adquire sua verdadeira dimensão no final do século com a libertação dos escravos, por um lado, e a imigração estrangeira, por outro. Cf. Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

tudo transpira o estado inacabado e a grandeza futura, até os homens, pois as relações sociais ainda são confusas, turvas, as águas ainda não se clarificaram, os sedimentos ainda não se depositaram no fundo, as camadas ainda não se formaram.⁸

Esse mesmo sentimento arrebatava os médicos que, no entanto, interpretavam esta plasticidade como signo de caos. Não o caos criativo que contém a matéria seminal de um cosmo e que haveria de transformar São Paulo numa cidade cosmopolita, mas sim o caos apocalíptico, da promiscuidade, da sujeira, da doença e da degradação disseminadas por um cortejo sinistro de pessoas no mínimo estranhas, muitas consideradas inferiores por natureza, a maioria com toda certeza degenerada. Eram todos aqueles que, como afirmava o doutor Franco da Rocha, “na luta pela vida foram fracos dando ao mundo má prova de si”.⁹

A expansão da cafeicultura atraiu para a cidade negros recém-saídos da escravidão e esperançosos de respirar o ar da liberdade. Mas essa crença era logo destruída pela discriminação, pela concorrência desvantajosa com os trabalhadores europeus e pela repressão policial. Para São Paulo vinham também os caipiras que, oprimidos pelo avanço das fazendas, tentavam realizar pequenos serviços e vendas, mas eram limitados nos seus anseios pelos “chacareiros” imigrantes, pela dificuldade de acesso aos mercados e pelos açambarcadores.¹⁰

Essa pesquisa tem por objetivo refletir como, a partir deste tipo de análise, a medicina contribuiu para o debate sobre o futuro do Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Frente ao caos gerador de medo e insegurança, era urgente a emergência da ordem, do equilíbrio. A harmonia desejada era a de uma sociedade que caminhasse para o progresso, isto é, que desenvolvesse o modo de produção capitalista sem sofrer os percalços da luta de classes. Todo comportamento considerado diferente deveria ser visto como resistência ao sistema como uma anomalia impeditiva do funcionamento do corpo social, e seus agentes deveriam ser enquadrados nas prisões, nos hospícios e nos institutos disciplinares.

Construir a nação civilizada era uma tarefa a ser realizada por uma elite, devidamente instrumentalizada pela medicina para as novas tarefas impostas pelo desenvolvimento industrial. Esta, habilitada para prover a saúde dos corpos, contribuiria para

8 Wartegg, Hesse Von, apud Pasquale, Petrone. “A cidade de São Paulo no século XX”. *Revista de História*, nº 21/22, v. 10. São Paulo, s/ed., jan./jul., 1955, p. 100.

9 Rocha, Franco da. *Esboço de psiquiatria Forense*. São Paulo, Typ. Laemmert, 1904, pp. 30-1.

10 Cf. Sevcenko, Nicolau. *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

adestrar as mentes, adequando comportamentos, impondo novos hábitos, novas maneiras de ver o mundo, criando distinções claras entre as classes sociais, separando-as para além da detenção de riquezas, eliminando tudo que pudessem ter em comum. Mesmo nas pequenas atitudes, a elite deveria dar a conhecer a sua enorme diferença com relação às outras classes. Vencido o aprendizado de autocontrole, disciplina, economia de gestos, ela estaria apta a conduzir o país na senda do progresso.

Mas para edificar uma nação civilizada era necessário também considerar o conjunto da população. Ao estudá-la, os médicos paulistas, assumindo as teorias deterministas que ligavam o progresso de um país às características da raça que o compunha, concluíram que os brasileiros eram na sua maioria inferiores devido ao forte cruzamento entre sangues de qualidade diversas. Porém essa miscigenação inadequada e preocupante não haveria de dar lugar a uma visão pessimista sobre o futuro, pois aos comportamentos saudáveis a medicina aliou a eugenia que tinha por meta o progressivo branqueamento da população e a eliminação dos maus procriadores.

E, se, por um lado, os preceitos médicos com relação à saúde se transformaram em normas de conduta, contribuindo para a formação de uma consciência nova da classe dirigente, criando também os fundamentos científicos para explicar as desigualdades sociais, por outro, procuraram afirmar-se enraizando-se nos sentimentos. Primeiro, no do medo secular das doenças epidêmicas que levavam à morte na dor e na solidão, depois, no de vergonha, uma vez que a origem da maioria das enfermidades que atacavam o corpo social estaria na promiscuidade e na sujeira, e, por último, no de culpa, porque um modo de vida desregrado e imoral refletia-se por herança na prole cuja boa qualidade era agora necessária para o desenvolvimento da pátria.

O projeto médico que pretendemos explicitar nesta pesquisa enquadrou – segundo o ideal positivista – o desenvolvimento social dentro de leis naturais e necessárias, conforme o modelo das ciências físicas, acreditando que só a elite poderia prever para prover a felicidade humana; transformou a teoria da evolução em darwinismo social, pregando o triunfo da raça branca sobre as demais; utilizou as descobertas de Mendel para justificar e impedir a proliferação de degenerados, ou seja, dos que não se adequavam ao sistema ou resistiam a ele. Pensava-se garantir assim a harmonia social mantendo em perfeito equilíbrio a ordem e o progresso.

A crítica a este pensamento parece-nos de grande atualidade quando presenciamos o ressurgimento de teorias como a da superioridade da raça branca, justificadas por explicações científicas e governos liberais.

Entretanto, ontem como hoje, elas têm o mesmo objetivo: definir o cidadão como aquele que sabe o seu lugar na ordem social, seja na elite educada para mandar, seja no povo educado para obedecer resignadamente.

Esta pesquisa, apresentada como dissertação de mestrado em 1995, ocupa-se em estudar o período final do século XIX, quando a extinção das epidemias se tornou uma meta a ser atingida para garantir o desenvolvimento econômico de São Paulo. Os médicos converteram-se em agentes sociais importantes no momento em que o triunfo do cientificismo levava à crença de que os problemas políticos e sociais poderiam ser resolvidos através de um enfrentamento técnico. Demarcamos o fim do período de investigação no final da década de 20, quando muitas das metas desejadas pela medicina foram institucionalizadas, com os preceitos higiênicos fazendo parte inclusive dos currículos escolares. Por outro lado, a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, e a conseqüente especialização na área de Ciências Humanas também foram determinantes para que os médicos se voltassem mais para a medicina propriamente dita.

Para realização deste trabalho, foram pesquisados documentos de diversas origens, sobretudo as teses da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e a literatura médica do período.